

OS «INSUBMISSOS DA COLÓNIA»:
A RECUSA DA IMAGEM OFICIAL DO REGIME
PELA OPOSIÇÃO NO BRASIL (1928-45)

Heloísa Paulo

Bolseira da JNICT.

Doutoranda da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

«Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência o incluso memorial informativo do nosso Cônsul em São Paulo, a respeito dos *insubmissos da Colónia naquele Estado*».

Ofício do embaixador Martinho Nobre de Mello a Salazar,
Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1940.

1. *A colónia portuguesa e o Brasil: porto de abrigo da oposição e posto avançado do salazarismo.*

Portugal é, sem sombra de dúvidas, um dos maiores «exportadores de gente» do continente europeu, sendo o Brasil o porto de abrigo para muito dos emigrantes, sejam eles os «pés descalços» à procura da «árvore das patacas», ou emigrantes «forçados», opositores políticos do Estado português. Em terras brasileiras, por sua vez, o associativismo é, para além de um factor de manutenção da identidade étnica do grupo, um traço revelador das cambiantes que marcam a estruturação desta mesma identidade. Assim sendo, quer pelo carácter regional, em voga sobretudo a partir dos anos 20, quer pelo cunho político, as associações da colónia portuguesa no Brasil reflectem, no decorrer da sua história, os traços de mudança que marcaram a história de Portugal e o perfil da identidade projectada pelos regimes vigentes e pelos seus opositores.

Uma das instituições mais tradicionais da colónia portuguesa no Brasil, o Gabinete Português de Leitura, por exemplo, foi fundado por emigrados políticos liberais, exilados após a vitória do absolutismo de D. Miguel¹. A instituição, «cujo o fim é a cultura do espírito»², agraciada com o título de Real por Decreto do rei D. Carlos, a 12 de Setembro de 1906, acabaria por se tornar um símbolo da colónia radicada no Rio de Janeiro. Outras, no entanto, surgiram com as mais

variadas designações, agrupando emigrantes que buscavam, desta forma, uma defesa contra as incertezas da emigração e uma forma de manterem a sua identidade como tal³.

Assim sendo, surgem, entre outras, associações de carácter político, activas ou não, que reflectem no Brasil o combate de ideais travado com Portugal, criando um campo de identificação para o emigrante baseado em posturas ou simpatias políticas. Mais tarde proliferam as associações regionais, que, por sua vez, apelam aos valores «mais universais» do emigrante, ou seja, a sua identidade como elemento pertencente a um grupo com características culturais mais específicas. A partir dos anos 30, esta imagem passa a ser trabalhada e veiculada pelo regime português que, por outro lado, atribui ao emigrante um papel «heróico» no suposto «destino emigratório» de Portugal, procurando aliciar, desta forma, as colónias portuguesas no estrangeiro, nomeadamente, no Brasil, para aderirem ao regime.

Contraposta a esta visão, há, porém, uma outra, traçada pela oposição, que retrata um Portugal controlado por um governo ditatorial, com um povo pobre que emigra para fugir da miséria ou das perseguições políticas. O embate entre estas duas posições é, na verdade, o choque entre o governo de Lisboa e uma oposição no exílio, que, para além dos entraves impostos pelo regime português através dos recursos diplomáticos, tem de combater uma outra parte da colónia, cada vez mais arreigada aos ideais do salazarismo. Uma «vitória» no confronto travado é, portanto, para o governo ditatorial, fundamental para a manutenção do seu prestígio político internacional e de um dos seus baluartes de defesa, ou seja, uma grande parcela da colónia portuguesa no Brasil, nomeadamente, no Rio de Janeiro⁴.

Nesta «guerrilha» velada, as representações consulares e algumas associações da colónia, nomeadamente a Federação das Associações Portuguesas, constituída em 1931, agem como verdadeiros «agentes» do regime. Relatórios consulares acerca de elementos da oposição, circulares que emanam do Palácio das Necessidades para a PIDE, pedidos diplomáticos ao governo brasileiro para coibir as manifestações contrárias ao regime vigente em Portugal, comendas entregues a importantes personagens da colónia salazarista e incentivo a demonstrações de apoio ao regime e a Salazar, fazem parte de um quadro de acções cujo principal objectivo é desacreditar as vozes dos emigrados políticos que se manifestam contrárias ao Estado Novo. Assim, os consulados são verdadeiras «agências de controlo e de propaganda» e a sua rede de informação e «policiamento» tem a sua «sede» representada pela Embaixada de Portugal, no Rio.

O nosso objectivo, portanto, é traçar um breve resumo histórico do «conflito» entre a oposição e os representantes do regime ditatorial português na

colónia emigrante do Brasil, entre 1928 e 1945, época na qual este país sofre as influências da ascensão e queda de um regime ditatorial. As nossas fontes são os discursos produzidos acerca do regime, em especial o discurso dos emigrados políticos e opositores, tendo por base os jornais, a documentação oficial da colónia acerca dos seus conflitos com a oposição, e os officios da correspondência diplomática entre os representantes consulares no Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. A escassez de dados referentes às organizações da oposição na colónia, a perda do referencial de muitos dos nomes dos seus participantes e a própria dimensão do trabalho reduzem-no à dimensão de uma pequena notícia acerca de um período importante, tanto para a história de Portugal, quanto para a história da colónia portuguesa no Brasil, que, como a de outras comunidades de emigrantes, ainda está por fazer.

2. *Do 28 de Maio de 1926 à ditadura de Vargas: o difícil combate da oposição no Brasil.*

Quando chegam as notícias do 28 de Maio, não sendo impostas restrições às vozes dos emigrantes por parte do governo de Washington Luís, as agremiações políticas portuguesas no Brasil, sobretudo as de cunho republicano, fazem com que os acontecimentos do 28 de Maio não passem em branco na colónia. As primeiras notícias do golpe militar provocam, no Brasil, uma reacção imediata entre a ala republicana. No calor da hora, é organizada uma «agremiação doutrínaria», a Liga dos Republicanos Portugueses⁵, formada por elementos que, ligados à estrutura do regime republicano, reagem contra os comunicados oficiais contrários aos militantes do regime deposto, juntando o seu protesto às vozes da Liga de Defesa da República, formada pelos exilados em Paris⁶. Alguns deles, como o Dr. José António dos Reis Júnior, ao tempo director licenciado da Polícia de Investigação de Lisboa, e o Dr. Luís Gonzaga Fonseca Moreira, deputado, retornam a Portugal, onde voltam a exercer cargos públicos⁷. Outros, porém, ficam no Brasil, organizando novos grupos de oposição, como José de Araújo Lage, fundador em 1932 do Centro Republicano Dr. Afonso Costa.

Frente aos comunicados da Embaixada⁸, que afirmavam uma situação estável para a Ditadura, a Liga faz publicar em *A Manhã*, de 13 de Maio de 1928, um comunicado onde, desmentindo as afirmações da Embaixada de Portugal sobre a não continuidade do empréstimo exterior, a inexistência de presos políticos e a lisura das eleições, oferece um quadro negativo da situação portuguesa: «Os dirigentes republicanos estão ou presos ou exilados, a imprensa

vive debaixo de uma censura humilhante e, em Portugal, ou se aplaude a ditadura ou se é preso e deportado»⁹.

Desta Liga temos, ainda, o conhecimento de mais dois panfletos, datados de 1928, onde incitam os Portugueses à revolta contra a Ditadura e afirmam o «seu profundo pesar pelas infelicidades com que a Ditadura tiranicamente asfixia a Pátria e a República»¹⁰. Passado o primeiro momento, e com as distensões que marcaram a Liga de Defesa da República, em Paris, à qual o grupo estava ligado, a sua acção não deixa maiores rastros.

No período 1930-42, no entanto, o governo brasileiro não oferece um grande espaço para manifestações políticas, sobretudo as realizadas por emigrantes. A legislação promulgada nos anos 30 impõe medidas restritivas do fluxo emigratório, apontando o emigrante como uma ameaça a mais no quadro da crise económica da década. O Decreto n.º 19 482, de 19 de Dezembro de 1930, que limita a entrada de estrangeiros viajantes em terceira classe e estabelece uma quota de um terço de trabalhadores estrangeiros para as empresas, apresenta o emigrante como uma das causas da «situação de desemprego em que se encontra grande número de operários em centros urbanos»¹¹. Da mesma forma, pelo art. 122 da Constituição de 1937 é interdita a estrangeiros a propriedade ou a gestão dos meios de comunicação e, um ano mais tarde, o Decreto-Lei n.º 389, de 25 de Abril de 1938, estende esta proibição aos elementos naturalizados, proibindo-os não só do exercício da direcção de jornais, bem como a sua orientação intelectual, política e administrativa. As associações do tipo «político» são, por fim, proibidas em 18 de Abril de 1938, pelo Decreto-Lei n.º 383, que extingue as associações estrangeiras que não sejam as de fins culturais e beneficentes¹², levando as poucas existentes a modificarem os seus estatutos ou, simplesmente, a desaparecer. Com isto, a trajectória das associações políticas da colónia sofre, para além das ingerências impostas pelas autoridades consulares, os reveses da legislação nacionalista brasileira, e o próprio emigrante, intimidado ante a discriminação legal e o controlo por parte do Estado brasileiro, tem tendência para a passividade em termos políticos.

Neste mesmo espaço de tempo, porém, o governo de Lisboa radicaliza as suas posições e inicia uma aproximação maior com a colónia portuguesa do Brasil. Em 1930, alguns jornais, como a *Pátria Portuguesa*, já apresentam elogios à figura de Carmona, o presidente de uma «Ditadura sem ditador», afirmando a necessidade da presença de Salazar no Ministério das Finanças¹³. No ano seguinte, este mesmo periódico lança a ideia da realização de um Primeiro Congresso dos Portugueses do Brasil, no qual é forjada a criação da Federação das Associações Portuguesas do Brasil, que, com o decorrer do tempo, assume uma directriz francamente pró-salazarista¹⁴. Com estas «investidas» do governo

de Carmona e Salazar, a oposição, apesar das condições adversas, reaparece com mais ímpeto, tendo no Centro Republicano Dr. Afonso Costa e no jornal *Portugal Republicano*, duas de suas melhores expressões nestes primeiros anos.

O Centro Republicano Dr. Afonso Costa, fundado em 1932 inspirado num seu similar fundado no Porto em 1907, é, desde sempre e devido à sua própria denominação, um inimigo nato da ditadura imposta com o 28 de Maio, do «Carmonismo» como a denomina, e do Estado Novo que lhe sucede. O seu combate é travado em duas direcções, uma voltada contra o regime português propriamente dito, e outra contra uma parcela do corpo dirigente da Federação, dada a sua defesa do regime português.

Nesta agremiação de fins políticos mas também culturais e associativos, participam emigrantes ligados à classe média da colónia, comerciantes e profissionais liberais, que, em geral, já cultivavam a prática política republicana em Portugal. Os seus nomes, com raras excepções, são conhecidos do cenário político português, ficando restritos ao universo da colónia e às menções dos seus jornais na época. Tal é o caso de José de Araújo Lage, comerciante e activista republicano, presidente da Comissão Administrativa do Centro. Entre aqueles que actuam nesta associação, temos, para além de comerciantes, industriais e profissionais liberais, antigos jornalistas, como Ilídio Nunes, director do semanário unionista *A Tarde*, entre 1914 e 1915, sendo alguns deles colaboradores do *Portugal Republicano*.

Esta associação mantém contactos, através de telegramas, noticiados no *Portugal Republicano*, com diversos nomes da República Portuguesa no exílio. É comum a menção de comunicados do Centro ao seu patrono, o Dr. Afonso Costa, e a outros nomes conceituados do movimento republicano no estrangeiro, como Bernardino da Costa, José Domingues dos Santos, membros da Liga de Defesa da República em Paris, ou antigos membros do governo, deslocados da vida política, mas ainda em Portugal, como Rodrigo Rodrigues¹⁵. A sua ligação com os emigrados políticos leva à criação de um Comité de Socorros aos emigrados políticos, conforme noticia a *Pátria Portuguesa* em 17 de Dezembro de 1933, para auxílio dos exilados em dificuldades económicas, dentre eles o Dr. João dos Santos Monteiro, antigo membro do governo republicano¹⁶.

Outras agremiações republicanas assumem posturas de afrontamento com o regime de Lisboa, quer pela sua declarada combatividade política, quer pela imposição da hora, apesar de, formalmente, manterem nos seus Estatutos o não comprometimento político. No primeiro caso temos o Centro Republicano de São Paulo, fundado em 1908 por Ricardo Severo, um republicano do 31 de Janeiro, que tem como uma de suas finalidades «exercer a propaganda republicana entre a colónia portuguesa»¹⁷. Para este Centro convergem alguns exilados

famosos, como Sarmiento Pimentel, um dos seus directores. No segundo caso, temos o Grémio Republicano Português, do Rio de Janeiro, fundado em 1908, presidido nos anos 30 por José Augusto Prestes, um jornalista republicano que faz fortuna no Brasil como industrial. Esta associação, apesar de nos seus estatutos se abster de «políticas partidárias»¹⁸, vai apoiar e assumir a oposição ao regime de Salazar.

Uma outra associação que, não possuindo uma finalidade política assumida, merece o destaque pela sua participação na oposição ao regime de Lisboa é a Sociedade Luso-Africana, criada no Rio de Janeiro a 3 de Janeiro de 1931, e da qual fazem parte o director do *Portugal Republicano*, Eugénio Martins, e António Amorim, também colaborador deste jornal. Ela seria a responsável, segundo ofícios confidenciais¹⁹, pela divulgação de propaganda do Centro Republicano Dr. Afonso Costa nos comandos e estabelecimentos militares e nas colónias portuguesas. Esta associação participa com o Grémio Republicano Português e o Centro Republicano Dr. Afonso Costa entre outras associações, no protesto de solidariedade enviado a Portugal pela volta de Norton de Matos a este país, em Outubro de 1932²⁰.

A mensagem de Salazar para a colónia portuguesa radicada no Rio de Janeiro em 1933, nem sequer admite a possibilidade da existência de elementos contrários ao regime: «Não é sem profunda comoção que tento fazer ouvir a minha voz aos Portugueses de Além-Atlântico, como se estivessem diante dos meus olhos os que sempre temos no coração, pelo seu trabalho, pela sua iniciativa, pela sua dedicação patriótica, pelo seu amor à terra-mãe de todos nós»²¹.

Neste mesmo ano, inicia-se, no Rio de Janeiro, a circulação, ainda que esporádica, de um periódico denominado *Portugal Novo*, dirigido por Flamínio de Azevedo, jornalista, delegado no Brasil do *Diário da Manhã* e de *A Voz*. A 27 de Julho é fundada na mesma cidade a União Portuguesa Dr. Oliveira Salazar. O cerco fecha-se, à medida que o próprio Brasil mergulha num regime autoritário, primeiro com o decretar do estado de sítio, em 1935, e depois, com a implantação, a 10 de Novembro de 1937, do Estado Novo de Getúlio Vargas.

A oposição, seguida de perto pelas autoridades portuguesas e limitada pela legislação brasileira, só volta a ter um espaço maior de manobra quando o regime de Vargas sofre as ingerências da sua entrada no conflito mundial. Em 1942, coagido pelos Norte-americanos a entrar na Segunda Grande Guerra, o governo ditatorial é obrigado a abrir um espaço interno para o discurso anti-fascista. O apelo para o fim do fascismo na Europa, entendido pelos opositores do Estado Novo brasileiro como um marco para o fim da ditadura de Vargas, é, de igual forma, aproveitado pela oposição anti-salazarista.

Com a guerra próxima do fim, as reacções contrárias ao fascismo tornam-se mais frequentes, dando um fôlego novo aos opositores portugueses²². Em 22 de Abril de 1945, um grupo intitulado «os portugueses antifascistas do Rio de Janeiro», reunidos na União Nacional dos Estudantes, lança um manifesto endereçado ao Comité Português pela Democracia de Nova Iorque, para que este afirme, junto aos delegados das Nações Unidas à Conferência de São Francisco, o «profundo sentimento antifascista dos portugueses do Brasil, sem distinção de partidos, e de sua firme resolução de apoiar o Movimento da Libertação de Portugal que visa instalar um governo provisório, convocar constituintes e repor Portugal em sua verdadeira posição internacional comprometida desde a cumplidade oficial de Lisboa com o nazifascismo»²³.

A ideia de que o fim da guerra e a derrota das potências do Eixo acarretariam a queda dos regimes autoritários é a grande tónica da Esquerda no Brasil e em Portugal. Neste último, porém, a neutralidade mantida por Salazar é encarada como um trunfo a mais para o seu combate. Um ano após o término do conflito, Salazar, no entanto, continua no poder, enquanto Vargas, deposto e preso, vive afastado em São Borja, sua terra natal. A oposição portuguesa haveria de ultrapassar a fase da esperança, retomando o combate mais activo, em terras brasileiras, na década de 50.

3. «Portugal Republicano», a fala da outra colónia.

Os periódicos são referenciais para a manutenção dos laços das comunidades emigrantes com a terra de origem e representam um factor de coesão no seio da colónia. O maior ou menor grau de instrução do emigrante não anula o papel do jornal como instrumento de captação e transmissão da realidade do país de origem e dos actos de sociabilidade que formam o perfil da colónia como grupo distinto. Nos jornais de emigrantes, vemos a vida social da colónia mesclada com notícias do governo de Lisboa e acontecimentos da aldeia. Nos anos 30, apesar de a legislação brasileira proibir aos estrangeiros a propriedade ou a responsabilidade intelectual de periódicos, alguns jornais, como a *Pátria Portuguesa*, o *Diário Português* e a *Voz de Portugal*, marcam o quotidiano dos emigrantes no Rio de Janeiro, assumindo, sobretudo o último, uma postura abertamente defensora do salazarismo²⁴.

O jornal *Portugal Republicano*, por outro lado, é um veículo de transmissão das mensagens dos exilados políticos e dos republicanos menos conhecidos em terras brasileiras. O periódico, cujo lema é «Ser pela República é ser pela Pátria», circula em 1932-33, recuperando a designação de um outro jornal repu-

blicano, fundado em 1908 por António Fernando de Magalhães, um exilado político do movimento de 31 de Janeiro. O seu director, Eugénio Martins, é um nome conhecido na imprensa da colónia portuguesa no Rio de Janeiro, tendo sido o fundador de um outro jornal, também de tendências republicanas na sua origem, denominado *Jornal Português*. Este periódico é publicado entre 5 de Outubro de 1932 e 11 de Fevereiro de 1933, quando a censura o retira de circulação, reaparecendo em 1934. A sua sobrevivência é garantida pela publicidade e através de cotas de manutenção obtidas junto a «correlegionários» do republicanismo.

Escrevem no *Portugal Republicano*, na sua primeira etapa, nomes ligados ao Grémio Republicano Português, de São Paulo, e ao Centro Republicano Dr. Afonso Costa, do qual será o porta-voz oficial em 1934, além de republicanos ilustres como Bernardino Machado, Raúl Proença, Ramada Curto e outros elementos da oposição, ligados ou não à Liga de Paris. Da colónia, escrevem republicanos declarados como Ricardo Severo, o próprio Eugénio Martins e outros. São constantes os ataques aos monárquicos, aos integralistas, aos sidonistas ou à Federação das Associações Portuguesas, na sua pretensão de representatividade da colónia e nas suas posições favoráveis ao regime.

O seu discurso, porém, retomando as bases da argumentação da propaganda republicana antimonárquica e anticlerical, denota uma falta de adequação ao contexto da colónia, quase toda ela profundamente católica e distante dos debates em torno da monarquia²⁵. A tentativa de retratar a colónia de outra forma, mais à esquerda e não-religiosa, é feita através de depoimentos tomados de elementos apresentados como «operários». Assim sendo, em 22 de Outubro de 1932, *Portugal Republicano* passa a apresentar uma coluna intitulada «A fala da outra colónia», onde «far-se-á agora o que não é costume fazer-se: ‘entrevistas’ aos portugueses anónimos que andam por aí na luta pela vida, de quem ninguém se lembra senão para cotizações e apelos patrióticos»²⁶. Das reportagens resultam autênticos manifestos republicanos, anticlericais, que contrapõem a colónia dos menos afortunados à visão daquela representada pelos comendadores e elementos vinculados à Federação das Associações Portuguesas, em geral comerciantes abastados. O tom dos depoimentos é agressivo e os entrevistados fazem afirmações da sua revolta contra o capital, contra o dinheiro que nos faz «desterrados da Pátria»²⁷. O clero, por sua vez, é acusado de colaborar com a ditadura, havendo constantes menções a perseguições por parte da Igreja contra os elementos republicanos, e a denúncia, entre outras, da existência de uma «lista vermelha» para intimidar os aldeões: «Quando não lhes agrada a conduta de um indivíduo, se por desgraça a esposa desse indivíduo cai sob a influência maligna do padre, este atemoriza-a. ‘Olha que o seu marido assim vai

mal. Tenha cuidado, porque já está na Lista Vermelha'. Com as crianças, a mesma coisa: 'O teu pai está na Lista Vermelha'»²⁸.

Alguns meses mais tarde, em Agosto de 1933, o *Diário Português*, órgão vinculado à Federação e ao governo de Lisboa, vai apresentar uma série de depoimentos, tomados igualmente de populares, num inquérito que visava saber o que os Portugueses do Brasil gostariam de dizer a Salazar. Ao contrário do anterior, o resultado é sempre abonatório do regime, mesmo quando os inquiridos se declaram republicanos, carbonários ou socialistas²⁹. A propaganda, accionada pela colónia, argumentava, desta forma, contra os dados da oposição.

Por outro lado, *Portugal Republicano* vai apresentar uma outra visão das realizações do regime e das condições vividas em Portugal nas aldeias. Neste sentido, a sua argumentação é o contraponto dos artigos que, em outros jornais da colónia, descrevem a tipicidade das aldeias, num relato quase turístico, em colunas como «Saudades da Nossa Terra» ou «As nossas aldeias», e elogiam a obra do governo português em editoriais e testemunhos de visitantes, como «A Situação Portuguesa»³⁰.

Na coluna «Novas da Província» são feitas denúncias contra a falta de escolas ou, ainda, contra o abuso dos clérigos nas povoações e perseguições religiosas movidas contra ateus e protestantes. Da oposição portuguesa chegam as notícias das prisões, das deportações e as entrevistas cortadas pela censura, como o enxerto, publicado em 15 de Outubro de 1932, das declarações de Ivens Ferraz ao *Diário de Lisboa*³¹. O cenário traçado é completado, finalmente, por artigos vários que compilam testemunhos vindos de Portugal: «Acredita que nunca supuz, em toda a minha longa existência de 60 anos, chegar a ver tanta fome e miséria (...) há casas de família onde o pão não entra durante dias. Não que haja falta dele, mas atingiu tal preço que não se lhe pode chegar, especialmente o trabalhador rural que ganha apenas 1\$50 a 2\$00 por dia, e nem sempre, pois o proprietário não pode fazer granjeios por falta de dinheiro»³².

Quanto à imagem de Salazar, cuja fotografia aparece na primeira página do *Jornal Português*, a 14 de Janeiro de 1933, encabeçando a reportagem «Salazar e os Painéis de Nuno Gonçalves, provar-se-á a Teoria da Reencarnação?»³³, tem um papel secundário em relação ao «Carmonismo», principal alvo de ataque do *Portugal Republicano*, mas não deixa de ser apresentado como um dos principais nomes do regime português. Assim, acentua-se a sua ligação com o catolicismo, sendo denominado de «jesuíta civilizado» e, ao contrário do louvor messiânico que lhe é atribuído pela colónia salazarista, Salazar é dado a conhecer pelas estrofes satíricas das quadras populares: «A Ditadura promete / salvar-se com o Salazar / Mas, como o *sal* se derrete / Ficamos só com o *azar*»³⁴.

Em 31 de Janeiro de 1933, o editorial «É Pena» ataca a conduta do embaixador Martinho Nobre de Mello, nomeadamente devido à sua actuação como propagandista do governo de Salazar³⁵. Aproveitando o ataque ao corpo diplomático, a Federação das Associações Portuguesas publica, a 18 de Fevereiro de 1933, no *Jornal Português* do Rio de Janeiro, um comunicado no qual, condenando o discurso do periódico da oposição, atribui a uma matéria, supostamente publicada a 11 de Fevereiro e reproduzida no *Jornal do Comércio*, periódico brasileiro de grande circulação, actos de ataque aos governos brasileiro e português. O artigo reproduzido é, no entanto, o de Janeiro, mas a denúncia é o pano de fundo para a acção do Directório de Publicidade da Polícia Central que, alargando «a censura aos jornaes portuguezes que se publicam no Brasil», retira de circulação o *Portugal Republicano*.

O facto não é desconhecido pelas autoridades portuguesas, e em especial pelo Presidente do Conselho, já que, no seu arquivo pessoal no Vimieiro, se encontram os recortes dos periódicos *Jornal Português*, com a referida comunicação, e do *Diário de Notícias*, datado de 18 de Fevereiro, publicado no Rio de Janeiro, com o comunicado da Polícia Central sobre o corte da censura. O protesto da oposição, por sua vez, é feito de Paris por Bernardino Machado, atribuindo à actuação do Ministério dos Negócios Estrangeiros a suspensão do jornal: «Imagine-se que, na maior insensibilidade, o Ministério dos Negócios Estrangeiros não duvidou, atentando contra os mais respeitáveis melindres dos nossos compatriotas em terra alheia, solicitar do governo ditatorial do Brasil a censura à imprensa da colónia portuguesa, por temor à repercussão dos seus jornais independentes na mãe pátria e em patrocínio aos salazaristas que lá sucederam aos talassas franquistas, reacendendo velhas dissensões que haviam desaparecido. O protectorado, a que se viram forçados os nossos concidadãos na nação irmã, revela bem o que os ditadores não farão serventuariamente para alcançar o favor de estranhos na luta aos adversários nacionais»³⁶.

Portugal Republicano retorna no ano seguinte, a 12 de Maio de 1934, de forma esporádica, como afirma numa «Explicação» aos leitores: «Não reaparece este jornal para reencetar a sua vida, numa trajetória normal, com data fixada. Ressurge, não só como garantia do seu título, como para dar cumprimento à sua nova missão de órgão oficial do Centro Português Dr. Afonso Costa, colectividade cujos princípios por que se rege fazem parte integrante da orientação dos fundadores do *Portugal Republicano*»³⁷.

Como tal, faz publicar a entrevista de Afonso Costa a José Jobim, um texto no qual o antigo republicano ataca a gestão de Salazar, provocando uma nota de reacção e de contra-ataque por parte do regime³⁸. É apresentado, por fim, um manifesto contra a Federação das Associações Portuguesas do Brasil, publicando

uma «Resposta-Protesto» à Federação, endereçada à Colónia Portuguesa. Eugénio Martins, que assina o referido texto, nega a capacidade da Federação de falar em nome de todos os Portugueses, afirmando que «a feira é livre e asnos não faltam; mas nós é que não nos submeteremos nunca ao papel indecoroso de mudos espectadores»³⁹.

O clima político brasileiro, no entanto, encaminha-se para um desfecho semelhante ao português e a oposição terá de esperar pela década de 50 para o seu retorno na imprensa da colónia portuguesa do Brasil.

4. *Os «olhos e ouvidos» do regime: a vigilância das representações consulares.*

Para o Estado Novo torna-se necessário, para a manutenção da sua boa imagem, «acompanhar, por meio dos agentes diplomáticos e consulares, a actividade das associações, instituições ou organismos científicos, de colaboração política, de propaganda ou de ensino portugueses estabelecidos no estrangeiro, promover a sua organização ou federação, onde for possível e procurar obter a sua unidade de acção»⁴⁰. Assim sendo, os representantes consulares tornam-se os verdadeiros «olhos e ouvidos» do regime, cuidando para que os «insubmissos» não promovam manifestações de resultados nefastos para o regime.

No caso do Brasil, onde a mencionada Federação já existe desde 1931, o controlo consular complementa o cerco à propaganda da oposição lançado pelos organismos da colónia afectos ao regime, e reforça, durante a ditadura brasileira, a coerção da legislação nacionalista de Vargas. Os relatórios consulares acerca dos «insubmissos da Colónia», ou sejam, daqueles que não aderem à proposta salazarista e mantêm a sua oposição ao regime de Lisboa, são periodicamente enviados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e daí encaminhados à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Associações, como o Centro Republicano Dr. Afonso Costa e outras que exerçam, segundo o discurso oficial, «influências políticas deletérias»⁴¹ no seio da colónia, ou exilados políticos como Sarmento Pimentel, são alvos de inúmeros ofícios da Embaixada portuguesa no Rio de Janeiro para o Palácio das Necessidades⁴². No caso deste último, a actuação consular adquire, por vezes, o tom anedótico. Num ofício datado de 10 de Setembro de 1940, no qual o embaixador Martinho Nobre de Mello informa o Dr. Salazar «acerca das actividades sempre perigosas» daqueles que designa por «insubmissos da colónia», acusa o ex-capitão do exército português Sarmento Pimentel e aos «seus sequazes» de, num jantar de confraternização luso-brasileira realizado em São Paulo, em homenagem a Pedro Calmon, historiador de

renome no período, não marcarem um lugar à mesa para o cônsul português naquela cidade⁴³.

Para além das agremiações da colónia, porém, outras associações, ideologicamente classificadas como «opositoras» aos valores do salazarismo, são alvo de ofícios dos representantes consulares, sempre atentos às actividades da colónia. Assim, e aproveitando a corrente favorável da existência de um «Estado Novo» no Brasil, são feitos alertas contra as influências que contribuem para a «indisciplina» do emigrante, como a campanha espírita⁴⁴, uma religião também combatida pelo governo de Vargas, e contra a participação de Portugueses nas maçonarias brasileiras⁴⁵, associações de «carácter nitidamente político e regionalista» – uma ameaça, portanto, para a manutenção da pretensa identidade nacional do emigrante.

Outra questão levantada pelas autoridades portuguesas, e em especial pelas representações consulares, é a da naturalização dos emigrantes, entendida como «diminuição dos sentimentos de nacionalidade dos Portugueses»⁴⁶. Os consulados, visando um controlo dos processos de naturalização, fornecem ao Ministério dos Negócios Estrangeiros relatórios ou até mesmo as listagens dos elementos que renunciam à nacionalidade portuguesa, para que sejam possíveis futuras medidas do governo de Lisboa, evitando ameaças maiores à «unidade» da Nação⁴⁷.

As autoridades consulares, por fim, não se limitam ao fornecimento de informações ao governo de Lisboa, buscando actuar, por intermédio de expedientes diplomáticos formais ou não, no controlo da oposição e da colónia. No ofício do Consulado de Portugal em São Paulo, Brasil, datado de 10 de Abril de 1939, por exemplo, o cônsul Júlio Augusto Borges dos Santos afirma que na sessão solene comemorativa do aniversário do Centro Republicano Português, neutralizado pela lei da nacionalização, foi exercida a «censura branca» aos discursos, a fim de «assegurar as vantagens até agora obtidas na união da colónia»⁴⁸.

Em 1942, com o alinhamento gradativo do Brasil ao lado dos Aliados, iniciando um período de afastamento e contestação dos modelos totalitários pela sociedade brasileira, as autoridades portuguesas, vigilantes das manifestações da oposição, recorrem a pedidos de intervenção do governo brasileiro para a não-realização ou a cessação de actos contrários ao regime salazarista. Em documentação reservada, é informado o governo de Lisboa sobre as interpelações da Embaixada junto ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil no sentido de corrigir «os demandos da imprensa brasileira em correlação com a propaganda e acção antipatriótica de certos dos nossos emigrados políticos»⁴⁹. Como resposta ao *Memorandum* da Embaixada endereçado às autoridades brasileiras, o representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil afirma já terem

sido tomadas providências contra «as insinuações de carácter político» dos exilados⁵⁰.

Neste clima de preparação para a guerra – o Brasil entra no conflito em Agosto do mesmo ano –, nem sempre tais expedientes resultam, sobretudo quando são contraproducentes para a propaganda do regime brasileiro. É o que se passa quando o embaixador Martinho Nobre de Mello solicita ao director do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo de Vargas que se calem as vozes da colónia portuguesa não favoráveis à posição neutral de Portugal no conflito⁵¹.

A partir de 1943, no entanto, nem o governo de Vargas nem a interferência do embaixador conseguem calar as vozes que no Brasil proclamam a sua oposição ao «fascismo». Às vésperas do final da guerra, os ofícios da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para Lisboa falam das manifestações dos «portugueses antifascistas», assegurando, porém, a «indignação da colónia portuguesa» ante tais actos. Porém, os actos públicos a favor da democracia, condenados ou não, ocupam as páginas dos jornais, anteriormente controlados pela censura.

Não havendo menções a tais factos através dos porta-vozes oficiais da Federação das Associações Portuguesas, nomeadamente a *Voz de Portugal*, é interessante assinalar a postura do periódico *Brasil-Portugal*, fundado em Abril de 1944 e dirigido por Viriato Dornelles Vargas, irmão de Getúlio. Este jornal, editado com a colaboração, em Portugal, da agência de notícias Lusitânia, de Luís Caldeira Lupi⁵², não possui nenhuma ligação com a colónia portuguesa, sendo, ao contrário do que se supõe, não um órgão de aproximação dos dois países, mas um veículo de propaganda da figura de Vargas e da sua continuidade no poder. Deste modo, não é de estranhar o ataque que faz ao «impatriotismo e à audácia de alguns exilados políticos lusitanos», na sua suposta tentativa de montar «um governo comunista para Portugal organizado por esquerdistas portugueses no Brasil»⁵³.

No entanto, nos demais periódicos do então Distrito Federal, como o *Diário Carioca*, nas manchetes de primeira página esta mesma notícia, já citada anteriormente, possui um outro relato, onde são registados os gritos de ABAIXO SALAZAR FASCISTA! MORRA O SALAZARISMO!, dados pela assistência. A imagem de um Portugal onde tudo corria bem, graças a Salazar, fica desfigurada, sobretudo nos sectores mais democráticos da sociedade brasileira. Na colónia, porém, esta visão idílica da terra natal e dos seus governantes, em especial, do Presidente do Conselho, tende a perdurar. Sarmiento Pimentel, com uma longa trajectória de oposição na cidade de São Paulo, já para o final da década de 50, é o primeiro a afirmar o envolvimento da colónia com o regime⁵⁴. No seu meio, a oposição ao salazarismo continua a ser um «tabu», até mesmo, após o 25 de Abril.

- ¹ O Gabinete é fundado por José Marcellino da Rocha Cabral, um advogado liberal que emigra para o Rio de Janeiro em 1828. Além das funções de advogado, fundou e dirigiu, com o político liberal brasileiro Francisco Salles Torres Homem, o jornal *O Despertador*, de 1836-41, sendo o primeiro presidente do então Gabinete Português de Leitura.
- ² Discurso de José Marcellino da Rocha Cabral quando do acto de fundação do Gabinete Português de Leitura, 14 de Maio de 1837, citado in A. A. de Barros Martins, *Esboço Histórico. Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, 1837 a 1912*, Typografia do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1913, p. 10.
- ³ Entre as diversas associações que surgem entre a Independência política do Brasil e o início deste século, a grande maioria é destinada a fins beneficentes, organizando-se como Associações Beneficentes ou de Socorros Mútuos. Na década de 20 começam a aparecer as primeiras Casas Regionais, como a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, de 1923, e a Casa do Minho, de 1924.
- ⁴ O Rio de Janeiro, neste período, para além de ser capital do país, possui o maior núcleo de emigrantes portugueses no estrangeiro, sendo considerada a terceira maior «cidade» portuguesa do mundo.
- ⁵ «O 28 de Maio. Para a história dos acontecimentos», in *Portugal Republicano*, 15 de Outubro de 1932, Rio de Janeiro, p. 4.
- ⁶ Sobre a Liga da Defesa da República e sobre a oposição à ditadura, cfr., entre outros, os trabalhos de A. H. de Oliveira Marques: *A Liga de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928)*, Europa-América, Lisboa, 1976; *A Unidade da Oposição à Ditadura (1928-1931)*, Europa-América, Lisboa, 1973; *A Literatura Clandestina em Portugal (1926-1932)*, 2 vols., Fragmentos, Lisboa, 1990.
- ⁷ Em 1932, o primeiro é oficial do Registo Civil em Sourc.
- ⁸ O embaixador no período é Duarte Leite Pereira da Silva, posteriormente um nome da oposição ao regime.
- ⁹ *A Manhã*, 13 de Maio de 1928. Este comunicado, enviado para a Liga de Paris, é mencionado na Acta n.º 4, de 1 de Julho de 1928, como tendo sido publicado no *Jornal da Manhã* a 11 de Maio. Na imprensa do Rio de Janeiro, no entanto, só localizámos o comunicado no periódico mencionado.
- ¹⁰ «Aos Republicanos e Liberais de Portugal», in Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina em Portugal* cit., vol. 1, p. 298.
- ¹¹ Preâmbulo do Decreto n.º 19 482, de 19 de Dezembro de 1930, in *Colecção de Leis do Brasil*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1930, p. 381.
- ¹² Artigos 3 e 5 do Decreto Lei n.º 383, de 18 de Abril de 1938.
- ¹³ Artigos da *Pátria Portuguesa*, «Ditadura sem ditador», transcrito do *Herald Tribune* de Nova Iorque, de 1 de Fevereiro de 1930, e «A crise ministerial e o novo governo», de 18 de Janeiro do mesmo ano.
- ¹⁴ A ideia seria criar uma «entidade representativa da colónia» (art. 1.º do Estatuto de criação da Federação das Associações Portuguesas do Brasil, in *Anais do Primeiro Congresso dos Portugueses do Brasil*, 3-16 de Maio de 1931, Rio de Janeiro, 1932, p. 93), dando corpo à ideia de uma colónia unida, apartidária. Na Federação, as associações políticas só poderiam participar se obtivessem pareceres favoráveis do Directório, que, no entanto, lhes alertaria para a necessidade de «transformarem-se em organismos culturais, recreativos ou beneficentes, a fim de evitarem dissídios entre os portugueses no Brasil» (*Boletim da Federação das Associações Portuguesas do Brasil*, n.º 6, 1934, p. 25).
- ¹⁵ Rodrigo Rodrigues, que ocupara a Pasta do Ministério do Interior no governo de Afonso Costa, está em visita ao Brasil em Outubro de 1932, participando de diversas reuniões do Centro Republicano Dr. Afonso Costa e do jornal *Portugal Republicano*, através de artigos sobre a República.
- ¹⁶ Ver reportagem da *Pátria Portuguesa*, de 24 de Janeiro de 1934, p. 3, sobre o reaparecimento do jornal *Portugal Republicano* e o resumo do seu noticiário.
- ¹⁷ No art. 1.º dos *Estatutos* do Centro Republicano Português, São Paulo, 1929, p. 2.
- ¹⁸ Ver Letra B do art. 2.º do *Estatuto* do Grémio Republicano Português, 1926.

- ¹⁹ Cfr. ofício confidencial do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministério das Colónias, datado de 6 de Abril de 1936, e o ofício confidencial do Ministério da Guerra ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 22 de Dezembro de 1933 (MNE, 3.º piso, Armário 1, Maço 743).
- ²⁰ *Portugal Republicano*, 15 de Outubro de 1932, p. 2.
- ²¹ António de Oliveira Salazar, «Saudação aos Portugueses do Brasil». Palavras radiodifundidas da cidadela de Cascais em 22 de Outubro de 1933, in *Discursos e Notas Políticas. 1928-1934*, vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, p. 253.
- ²² Em Portugal, no entanto, em Dezembro de 1943, é formado o Movimento de Unidade Nacional Antifascista. Sobre o tema, ver, entre outros, Dawn Linda Raby, *A Resistência Antifascista em Portugal*, Edições Salamandra, Lisboa, 1980.
- ²³ *Diário Carioca*, 22 de Abril de 1945, p. 1.
- ²⁴ Na verdade, os três periódicos pertencem a Crisóstomo Cruz, um transmontano emigrado para o Brasil no início do século e que se dedica ao jornalismo, fundando na década de 20 *Pátria Portuguesa*, que foi sendo substituída pelos dois outros jornais citados.
- ²⁵ Tal tónica está presente no discurso da própria Liga de Paris, que busca um revivalismo inadequado para o momento. Sobre o tema, ver, entre outros, Fernando Rosas, «Da Ditadura Militar ao Estado Novo: a ‘Longa Marcha’ de Salazar», in *História de Portugal*, vol. 7, Editorial Estampa, Lisboa, 1994, pp. 206 segs.
- ²⁶ *Portugal Republicano*, 22 de Outubro de 1932, p. 1.
- ²⁷ Depoimento de Armino Silva, *Portugal Republicano*, 7 de Janeiro de 1933, p. 3.
- ²⁸ Depoimento do operário Joaquim José Rodrigues, que, no entanto, diz não ter provas da existência da mencionada lista. *Portugal Republicano*, 12 de Novembro de 1932, p. 4.
- ²⁹ Dois depoimentos são significativos. Num deles, Francisco Duarte Coelho, de São Pedro do Sul, afirma: «Sou profundamente republicano, fui carbonário, peguei em armas a favor e em defesa da República que amo como a minha mãe, e porque sou também português acima de todas as coisas, receba V. Excia. o aplauso mais sincero pela sua obra grandiosa». No outro, o portuense Sousa do Prado diz: «conquanto seja socialista e preferindo que fosse esse o regime vigente em Portugal e no mundo inteiro, não posso deixar de aplaudir o governo honesto como o que V. Excia. tem feito na minha terra» (*Diário Português*, 23 de Agosto de 1933, p. 2).
- ³⁰ As primeiras colunas citadas e o editorial pertencem ao jornal *Pátria Portuguesa*, sendo que, no último texto, publicado a 19 de Março de 1932, o editor, após apoiar a obra de Salazar, afirma que o seu jornal «não tem política, a não ser a da Pátria». *Pátria Portuguesa*, 19 de Março de 1932, p. 1.
- ³¹ *Portugal Republicano*, 15 de Outubro de 1932, p. 1. O trecho publicado é aparentemente inédito, pois não consta do original impresso em Lisboa.
- ³² Extracto de uma carta de Mesão-Frio reproduzida na coluna «Notas a Esmo», de A. Valente, *Portugal Republicano*, 10 de Dezembro de 1932, p. 3. O autor é comerciante e membro do Centro Republicano Português.
- ³³ *Jornal Português*, 14 de Janeiro de 1933, p. 1.
- ³⁴ «Retalhos», coluna sob a responsabilidade de Araújo Gomes, *Portugal Republicano*, 17 de Dezembro de 1932, p. 2.
- ³⁵ A má recepção do embaixador, pelo seu posicionamento em prol dos núcleos da colónia mais afeitos ao regime, é atestada por Franco Nogueira, para um outro período, em *Salazar: As Grandes Crises (1936-1945)*, vol. III, 3.ª ed., Livraria Civilização Editora, Porto, 1986, p. 424.
- ³⁶ «Os perigos da Ditadura», in Bernardino Machado, *Manifestos Políticos (1927-1940)*, compilação e notas de A. H. de Oliveira Marques, Palas Editores, Lisboa, 1978, p. 468.
- ³⁷ *Pátria Portuguesa*, 6 de Maio de 1934, p. 10.
- ³⁸ As entrevistas são editadas no Brasil sob o título *A Verdade sobre Salazar*, Calvino Filho Editor, Rio de Janeiro, 1934. Como resposta é publicado em Portugal, por Henrique Cabrita, membro da

- Comissão Executiva da União Nacional, *Esta É a Verdade sobre Salazar*, Edição Império, Lisboa, 1934.
- ³⁹ Panfleto intitulado *À Colónia Portuguesa. Resposta-Protesto à Federação das Associações Portuguesas do Brasil*, de Eugénio Martins (Arquivo da Federação das Associações Portuguesas do Brasil, Rio de Janeiro).
- ⁴⁰ Item 4 do art. 28.º do Decreto n.º 26 162, de 28 de Dezembro de 1935, in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 302, 28 de Dezembro de 1935, p. 1941.
- ⁴¹ Ofício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 30 de Dezembro de 1933, MNE, 3.º piso, Armário 1, Maço 743.
- ⁴² São inúmeros os ofícios sobre os emigrados políticos, nomeadamente sobre Sarmento Pimentel. Cfr., por exemplo, MNE, 3.º piso, Armário 11, Maço 441.
- ⁴³ Ofício de 10 de Setembro de 1940, *ibid.*, Armário 9, Maço 117.
- ⁴⁴ Ofício do cônsul de São Paulo Júlio Augusto Borges dos Santos, de 31 de Março de 1941, MNE, 3.º piso, Armário 9, Maço 117. Aliás, conforme declarações de Sarmento Pimentel em *Sarmento Pimentel ou Uma Geração Traída* (Aster, Lisboa, 1976), Sarmento de Beires, também ele um exilado político combativo no Brasil, está ligado ao espiritismo. Ver Norberto Lopes (org.), *Sarmento Pimentel ou Uma Geração Traída*, pp. 154-55.
- ⁴⁵ A Maçonaria é proibida em Portugal pela Lei n.º 1901, contra as associações secretas, de 21 de Maio de 1935.
- ⁴⁶ Inquérito Reservado e Confidencial acerca das naturalizações, 28 de Fevereiro de 1941, MNE, 2.º piso, Armário 50, Maço 68.
- ⁴⁷ Para o Brasil, ver, entre outras, as listagens apresentadas pelo Consulado de São Paulo no Maço 65, Armário 50, 2.º piso do MNE e o citado Inquérito Reservado e Confidencial acerca das naturalizações, realizado pelo Consulado de São Paulo, em 1941.
- ⁴⁸ Ofício do Consulado Geral de Portugal em São Paulo, n.º 231, datado de São Paulo, 10 de Abril de 1939, MNE, 3.º piso, Armário 11, Maço 441.
- ⁴⁹ Ofício reservado da Embaixada no Rio de Janeiro, datado de 20 de Fevereiro de 1942, dirigido a António de Oliveira Salazar, *ibid.*, Armário 50, Maço 68.
- ⁵⁰ Cópia do *Memorandum* do Ministério das Relações Exteriores do Brasil ao embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, datada de 11 de Fevereiro de 1942, anexa ao ofício citado.
- ⁵¹ No ofício datado de 19 de Fevereiro de 1942, o adido de Imprensa comunica ao Embaixador que o director do Departamento de Imprensa e Propaganda informou nada poder fazer contra a divulgação na imprensa do apoio dado pela colónia à participação do Brasil na Guerra, por serem estas «determinações por ele recebidas, directamente, do Presidente Vargas e do chanceler Oswaldo Aranha», ofício de 19 de Fevereiro de 1942, MNE, 2.º piso, Armário 50, Maço 68.
- ⁵² Cfr., sobre o tema, Wilton Fonseca, *À Sombra do Poder. A história da Lusitânia, 1944-1974*, Edições Memória do Tempo, Lisboa, 1995, pp. 56 e 57.
- ⁵³ *Brasil-Portugal*, 22 de Abril de 1945, pp. 3 e 1.
- ⁵⁴ «a colónia portuguesa (...) nem toda estava conosco, posso mesmo dizer que a maioria ainda acreditava no Salazar», declaração de Sarmento Pimentel, in Norberto Lopes (org.), *ibid.*, p. 179.